

TRIBUTAR ALIMENTOS EMPOBRECE

***Roberto Rodrigues**

Nesta semana foi discutido, no Conselho do Agronegócio da FIESP, estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, a respeito do peso dos tributos sobre os alimentos no Brasil. Não é um tema novo: desde os tempos da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira ele vem sendo tratado com maior ou menor profundidade.

A crise global, cujas conseqüências todas ainda não conhecemos, pode eventualmente perturbar a oferta de alimentos, elevando o preço dos produtos agrícolas e até mesmo contribuindo com uma retomada da inflação.

Mas se tivermos juízo, podemos fazer da crise uma grande oportunidade, garantindo a estabilidade produtiva interna através do uso da Política de Garantia de Preços Mínimos, bem como podemos assegurar o consumo crescente de alimentos no país, atuando na redução da carga tributária.

Mais do que isso: se trabalharmos bem, o Brasil poderá aumentar sua participação nos mercados agrícolas globais, em termos definitivos. Oportunidades assim são raras, e não temos o direito de perdê-las.

O consumo mundial de alimentos vem crescendo mais que a oferta: em 2001, os estoques globais de grãos representavam 111 dias de consumo; hoje, só 62 dias. Nos últimos 7 anos, o mundo consumiu 120 milhões de toneladas de grãos além do que produziu. Daí a inflação dos grãos. O Brasil, só nesse período, produziu 160 milhões de toneladas acima do que consumiu, contribuindo assim com a melhoria de oferta e ajudando a combater a inflação mundial dos alimentos.

Mas é preciso fazer algo mais do que aumentar a produção para reduzir preços. Também do lado da demanda é possível atuar, e bem. E, internamente, nenhum mecanismo é tão eficaz quanto à desoneração tributária, porque ela não causa distorções ou desequilíbrios de mercado.

O Brasil é o país que mais tributa alimentos no mundo todo. Os alimentos *in natura* são tributados em 12% na média e os industrializados, em 11%.

O grande problema é a desigualdade que esta tributação provoca: ela pesa 3 vezes mais para as famílias pobres (com renda mensal de até R\$ 1.000, ou seja, 50% da população brasileira), que às famílias de renda mais alta.

Só o ICMS, que incide sobre o consumo – não distinguindo classes sociais – responde por 43,6% de toda tributação dos alimentos.

A alíquota média do ICMS dos alimentos no Brasil é de 16,9%, 3 vezes mais que a européia (de 5,1%), sendo a dos Estados Unidos próxima de zero (0,7%).

É claro que a desoneração completa do ICMS dos alimentos custaria uma renúncia fiscal, da ordem de R\$ 11,2 bilhões anuais para os cofres públicos. Entretanto, os benefícios para a economia seriam enormes: a retirada do ICMS representaria 7% a menos no preço dos alimentos, a população mais pobre poderia aumentar o consumo sem gastar mais, ou até mesmo comprar outros

bens não alimentícios. Se os R\$ 11,2 bilhões liberados na economia fossem gastos apenas com comida, o consumo das famílias poderia aumentar 24,8% em 2 ou 3 anos. O efeito sobre o PIB seria um crescimento de 10%, ou seja, R\$ 230 bilhões neste período. Essa expansão da economia resultaria em um aumento de 9,8% da arrecadação total de impostos, mais que compensando a renúncia inicial. Seria um salto espetacular em direção a uma população mais bem alimentada e com melhor saúde, base para o desenvolvimento adequado do país.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**